



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Avenida André Araújo, nº 200 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tre-am.jus.br

PREGÃO ELETRÔNICO

90016/2026

CONTRATANTE

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de licenças de uso de softwares do tipo suíte de escritório colaborativa com ferramentas de produtividade - **Solução Google Workspace Enterprise**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.515.577,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **13/05/2026** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

MODO DE DISPUTA

Aberto e Fechado

PROCESSO SEI nº 0002905-50.2026.6.04.0000/TRE-AM – ID COMPRAS.GOV/PGC 70003-160/2026

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**, por intermédio da Seção de Licitações/SELIC, sediado na Avenida André Araújo, n. 200, Bairro Aleixo, Manaus-AM, realizará licitação, para registro de preço, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de licenças de uso de softwares do tipo suíte de escritório colaborativa com ferramentas de produtividade – **Solução Google Workspace Enterprise**, que permitam a criação, edição, armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de documentos e projetos, a criação de conteúdos e apresentações, os cálculos e transformação de dados, a organização da comunicação e correio eletrônico e a colaboração em tempo real para as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, com possibilidade de produção e colaboração em ambientes virtuais e em nuvem, com direito de atualização, garantia e suporte, a fim de atender as necessidades corporativas do TRE/AM, de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

1.2. A licitação será realizada em lote único, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante do Anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A vedação de que trata o item 3.6.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, quantidade e valor global da proposta;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante; e

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, com apresentação de catálogos, prospectos, folders e qualquer outro elemento descritivo que permita a identificação pormenorizada do material ofertado.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou

por ofertar melhor lance.

6.8.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.14.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.14.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.15.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.15.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.2.2. empresas brasileiras;

6.15.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 6.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão do local de entrega ou de acondicionamento, tamanho, lote ou qualquer outro motivo.
- 6.16.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.16.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.16.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.16.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.16.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.17. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares,

poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos comprobatórios da capacidade técnica do licitante serão exigidos nos termos dos itens 4.4 e 11.3 do Termo de Referência

8.1.3. Os documentos comprobatórios da capacidade econômico/financeira são exigidos, nos termos do art. 69, incisos I e II, da Nova Lei de Licitações e Contratos, da Instrução Normativa n. 30/2022 do Superior Tribunal de Justiça.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e,

(b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preço será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preço.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação de fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. É vedado participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.9. É vedado a contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação do licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preço no prazo e nas condições estabelecidas no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer é de 10 (dez) minutos.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.tre-am.jus.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- 12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar catálogos, prospectos, folders e qualquer outro elemento descritivo que permita a identificação pormenorizada do material ofertado; ou
 - 12.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos

causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante mensagem endereçada ao e-mail selic@tre-am.jus.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-am.jus.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, complementando-se para a definição do objeto desta licitação, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência e anexos;

ANEXO II – Minuta de Contrato.

Manaus (AM), 24 de abril de 2026.

ALDO ANÍSIO PEREIRA DE FRANÇA
PREGOEIRO

ANEXO III DO EDITAL

CONTRATO Nº/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS E

A **UNIÃO** por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.959.999/0001-14, situado na Av. André Araújo, nº 200, Bairro Aleixo, na cidade de Manaus/AM, representado pela sua Presidente, Desembargadora **CARLA MARIA SANTOS DOS REIS**, matrícula TRE/AM 5301141, no uso das atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0002905-50.2026.6.04.0000 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. **XX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de licenças de uso de softwares do tipo suíte de escritório colaborativa com ferramentas de produtividade – **Solução Google Workspace Enterprise**, que permitam a criação, edição, armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de documentos e projetos, a criação de conteúdos e apresentações, os cálculos e transformação de dados, a organização da comunicação e correio eletrônico e a colaboração em tempo real para as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, com possibilidade de produção e colaboração em ambientes virtuais e em nuvem, com direito de atualização, garantia e suporte, a fim de atender as necessidades corporativas do TRE/AM, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Licenças para clientes GOOGLE (36 meses) - CATSER 26077						
Item	Especificação	Descrição	Un. Med.	ID SGD	ID Google	Quantidade
01	Workspace Enterprise Starter	Workspace Enterprise Starter-Storage/Email 1 TB user pooled	Subscrição	GG-004	GAPPS-ENTSTARTER1USER12MO	510
02	Workspace Enterprise Standard	Workspace Enterprise Standard - Storage /Email 5 TB user pooled	Subscrição	GG-005	GAPPS-STD1USER12MO	590
03	Google Workspace Enterprise Plus	Google Workspace Enterprise Plus - Storage/Email 5 TB user pooled	Subscrição	GG-006	GAPPS-PLUS1USER12MO	40

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Proposta da contratada;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos [do art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma [dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da

prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7. A prorrogação deve ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total estimado da contratação dos serviços é de R\$...... ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.
- 8.11. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA ONZE - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.4 deste contrato.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

11.10. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da

Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções do contratado.

11.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**, sua incidência se dará nos termos do item 7.4 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Unidade Gestora: 700177 – COINF

II. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0013 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

III. Elemento de Despesa: 33.90.40

IV. Nota de Empenho: 2026NEXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DEZOITO – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Manaus (AM), (datado e assinado eletronicamente).

Desembargadora **CARLA MARIA SANTOS DOS REIS**
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

JOAO CARLOS DRESSLER PONTILHAO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em **27/03/2026**, às **12:57**, conforme artigo 1º, §2, III, b, da [Lei nº 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000703554** e o código CRC **CC3A2D48**.



Anexo I do Edital – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)/COINF

1. OBJETO

1.1 Registro de preços para contratação de licenças de uso de softwares do tipo suíte de escritório colaborativa com ferramentas de produtividade - **Solução Google Workspace Enterprise**, que permitam a criação, edição, armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de documentos e projetos, a criação de conteúdos e apresentações, os cálculos e transformação de dados, a organização da comunicação e correio eletrônico e a colaboração em tempo real para as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, com possibilidade de produção e colaboração em ambientes virtuais e em nuvem, com direito de atualização, garantia e suporte, a fim de atender as necessidades corporativas do TRE-AM, de acordo com as especificações e condições descritas neste Termo de Referências.

Licenças para clientes GOOGLE (36 meses) - CATSER 26077							
Lote	Item	Especificação	Descrição	Un. Med.	ID SGD	ID Google	QTDA. Estimada
1	01	Workspace Enterprise Starter	Workspace Enterprise Starter-Storage/Email 1 TB user pooled	Subscrição	GG-004	GAPPS-ENTSTARTER1USER12MO	510
	02	Workspace Enterprise Standard	Workspace Enterprise Standard - Storage /Email 5 TB user pooled	Subscrição	GG-005	GAPPS-ENTSTD1USER12MO	590
	03	Google Workspace Enterprise Plus	Google Workspace Enterprise Plus - Storage/Email 5 TB user pooled	Subscrição	GG-006	GAPPS-ENTPLUS1USER12MO	40

1.2. A licitação será realizada na modalidade REGISTRO DE PREÇOS, conforme detalhado em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se refere ao fornecimento de uma solução SaaS (Software como Serviço), que proporciona o acesso contínuo e a utilização das ferramentas necessárias para o desempenho das atividades diárias dos servidores do TRE-AM.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6 Justifica-se a contratação em lote único porque, conforme diretrizes do Google, o ambiente exige administração unificada sob um único domínio, não sendo possível sua gestão por mais de um parceiro administrador.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação da Contratação

2.1.1. A computação em nuvem é definida como um modelo tecnológico que permite o acesso a recursos e serviços de TI de qualquer lugar e a qualquer momento, através da internet.

2.1.2. Oferece recursos configuráveis como redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços, que podem ser rapidamente provisionados e desativados.

2.1.3. Suítes de escritório são pacotes de software que incluem ferramentas de produtividade e colaboração, como editores de texto, planilhas, apresentações, agendas e compartilhamento de arquivos.

2.1.4. A integração de inteligência artificial nessas suítes potencializa a automação de tarefas, a tomada de decisões e a segurança, sendo essenciais para o

trabalho remoto e híbrido.

2.1.5. A adoção de uma plataforma de comunicação e colaboração em nuvem pelo TRE-AM visa:

- **Economia de custos:** Redução de despesas com infraestrutura local, licenças e manutenção.
- **Melhoria da produtividade:** Facilidade de compartilhamento de informações e colaboração em tempo real.
- **Aumento da segurança:** Uso de recursos avançados como criptografia e autenticação multifatorial.
- **Flexibilidade e escalabilidade:** Adaptação dos recursos às necessidades do TRE-AM.
- **Sustentabilidade:** Uso de tecnologias que reduzem o consumo de energia.
- **Melhoria da experiência do usuário:** Maior mobilidade e acesso às ferramentas.
- **Otimização da equipe de TI:** Maior produtividade e segurança.
- **Melhoria da capacidade de resposta e inovação:** ciclos mais rápidos de inovação e implantação.
- **Resiliência:** garantia da continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação (TIC).

1.6 A estratégia visa otimizar recursos, melhorar a eficiência, garantir a segurança e promover a sustentabilidade.

2.1.7. O objetivo é a transformação digital e modernização da infraestrutura do TRE-AM, através da migração para a computação em nuvem no modelo SaaS (Software como Serviço).

2.1.8. A presente contratação está prevista no plano de contratação de 2026; alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI): objetivo estratégico “Prover e aprimorar infraestrutura para os serviços de TIC”, e alinhada ao Plano Estratégico Institucional do TRE-AM: objetivo “Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados”.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução deverá ser uma plataforma de colaboração e produtividade baseada em nuvem (SaaS), acessível tanto online quanto offline, por meio dos principais navegadores de internet disponíveis no mercado. Essa solução integra uma série de aplicativos e recursos digitais, oferecendo ferramentas que visam aumentar a eficiência na execução de atividades relacionadas à produção digital de conteúdo, bem como na organização e comunicação entre equipes de trabalho. A colaboração entre as equipes é facilitada pelas diversas ferramentas da plataforma.

18.1.1. Ferramentas Essenciais

- Interface web moderna e intuitiva, com integração entre as ferramentas.
- Acesso eficiente à comunicação a qualquer hora e lugar.
- Aplicativos para processamento de texto, planilhas, apresentações e BI.
- Padronização das ferramentas de escritório no Tribunal.
- Comunicação instantânea via texto, áudio e vídeo.
- Redução de custos com deslocamentos e chamadas telefônicas.
- Armazenamento de arquivos na nuvem, com compartilhamento e colaboração.
- Acesso remoto seguro e facilidade no trabalho em equipe.

3.1.2. Mobilidade e Acessibilidade

- Disponibilidade nativa para notebooks com Windows, tablets e smartphones com iOS e Android.
- Otimização do uso de recursos em diferentes plataformas móveis.

3.1.3. Segurança Reforçada

- Autenticação em 2 etapas, certificados digitais e tokens.
- Criptografia de dados e proteção contra ataques cibernéticos.
- Acesso restrito aos Data Centers, que vão armazenar as informações em nuvem.
- Recursos adicionais de segurança para mensagens de E-mail, limitando o encaminhamento, impressão e tempo de visualização.

3.1.4. Infraestrutura em Nuvem

- Tráfego de informações distribuído entre domínios da CONTRATANTE e domínio público, conforme a classificação estratégica.
- Administração centralizada e distribuída da nuvem. (Manter o tráfego de informações sobre o controle e guarda da CONTRATANTE, impedindo qualquer tipo de quebra de privacidade ou vazamento de dados expostos em *DataCenter* que não pertença ao Tribunal.)
- Armazenamento de dados da nuvem pública em Data Centers no Brasil.
- Conformidade com as leis e soberania brasileiras.

3.1.5. Plataforma de Desenvolvimento

- Solução para desenvolvimento de sites, intranets, Gerenciamento Eletrônicos de Documentos e outros sistemas.
- Integração, personalização e expansão da solução para outros sistemas do Tribunal.

3.1.6. Inteligência Artificial Generativa (IA)

- Recursos de IA Generativa integrados à plataforma de comunicação e colaboração.
- Geração automática de conteúdo, respostas inteligentes, resumos automáticos e tradução instantânea.
- Foco em segurança e privacidade dos dados.

3.1.7. Importância Geral

- Garantir comunicação segura, eficiente e com alto grau de privacidade.
- Proteger informações estratégicas contra acesso indevido e vazamentos.
- Otimizar a produtividade e colaboração entre os servidores.
- Padronizar ferramentas e soluções, integrando e expandindo a solução para outros sistemas.

3.2. Esta solução visa modernizar e fortalecer a infraestrutura de comunicação do Tribunal, garantindo segurança, eficiência e adaptabilidade às necessidades do ambiente de trabalho contemporâneo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Necessidades de Negócio

4.1.1. Escalabilidade e Flexibilidade

- Necessidade: Ajustar recursos de TI dinamicamente conforme a demanda.
- Solução: Computação em nuvem, permitindo escalabilidade rápida e suporte a diversos serviços.
- Justificativa: Órgãos do judiciário, especialmente o eleitoral, têm demandas sazonais. A nuvem otimiza custos e agiliza operações.

4.1.2. Redução de Custos Operacionais

- Necessidade: Diminuir gastos com manutenção e operação de infraestrutura de TI.
- Solução: Modelo de pagamento conforme o uso, eliminando custos e manutenção de hardware.
- Justificativa: A nuvem permite alocar recursos financeiros para áreas estratégicas, com um modelo econômico eficiente.

4.1.3. Melhoria na Segurança e Conformidade

- Necessidade: Garantir segurança de dados e aplicações, em conformidade com regulamentações.
- Solução: Medidas robustas de segurança (criptografia, controle de acesso) e conformidade com padrões (LGPD).
- Justificativa: Provedores de nuvem investem em segurança, protegendo contra ameaças cibernéticas e garantindo conformidade legal.

4.1.4. Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres

- Necessidade: Garantir disponibilidade de serviços e dados críticos contra falhas e desastres.
- Solução: Soluções de backup, recuperação de desastres, alta disponibilidade e redundância.
- Justificativa: A nuvem oferece redundância e recuperação rápida, assegurando a continuidade dos serviços da Justiça Eleitoral e o atendimento ao cidadão.

4.2. Necessidades Tecnológicas

4.2.1. Gerenciamento de Identidade e Acesso (IAM)

- Necessidade: Controlar o acesso aos recursos da nuvem.
- Solução: Implementação de políticas de acesso baseadas em funções (RBAC) e autenticação multifator (MFA).
- Justificativa: Reduzir riscos de segurança e manter a integridade de dados e sistemas, garantindo que apenas usuários autorizados acessem recursos críticos.

4.2.2. Monitoramento e Análise de Desempenho

- Necessidade: Monitorar continuamente o desempenho de recursos e aplicações na nuvem.
- Solução: Ferramentas de monitoramento em tempo real e análise de logs e métricas de desempenho.
- Justificativa: Garantir a eficiência dos serviços, detectar e resolver problemas antes que afetem os usuários finais.

4.2.3. Integração e Interoperabilidade com IA

- Necessidade: Integrar inteligência artificial (IA) e serviços relacionados à nuvem para melhorar processos e análises de dados.
- Justificativa: Permitir que órgãos públicos aproveitem recursos computacionais para desenvolver, treinar e implementar modelos de IA de forma escalável e eficiente, facilitando a análise avançada de dados, automação de processos e personalização de serviços.

4.3. Requisitos de Manutenção, Suporte Técnico e Garantia

4.3.1. Manutenção e Disponibilidade

- A contratada deve realizar manutenções preventivas, evolutivas, corretivas e adaptativas.
- A solução deve estar disponível 24 horas por dia, independentemente das manutenções.

4.3.2. Suporte Técnico

- O suporte técnico deve corrigir problemas e esclarecer dúvidas sobre a solução.
- A contratada deve auxiliar na ativação do licenciamento.
- Comprovantes de registro de atualização de licenças devem ser fornecidos.
- Substituição de licenças equivalentes deve ser feita sem custo.
- O suporte técnico deve estar disponível 24 horas/7 dias por semana, em português.
- O acionamento do suporte deve ser preferencialmente por sistema informatizado ou telefone 0800.
- O atendimento será preferencialmente remoto, com intervenção local sem custo adicional se necessário.
- Não haverá limite de chamados durante a vigência do contrato.

4.3.3. Garantia

- A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.3.4. A CONTRATADA deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta, conforme a seguir:

Severidade A (crítica)	Um ou mais serviços não estão acessíveis ou não podem ser usados. A produção, as operações ou as datas limite para implantação são gravemente afetadas, ou há um grave impacto sobre a produção ou as atividades da instituição. Vários usuários ou serviços são afetados.	Disponível: 24/7 Tempo máximo de resposta: uma hora.
Severidade B (Alta)	O Serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto operacional moderado e é possível lidar com ela durante o horário comercial. Um único usuário experimenta interrupção parcial, mas existe uma solução alternativa aceitável.	Disponível: 24/7 Tempo máximo de resposta: 24 horas.
Severidade C (não crítica)	A situação tem impacto operacional mínimo. O problema é importante, mas não tem impacto expressivo na produtividade e no serviço atual do cliente. Um Único usuário experimenta interrupção parcial, mas existe uma solução alternativa aceitável.	Disponível: 24/7 Tempo máximo de resposta: Definido no momento da ocorrência entre as partes, mas não superior a 30 dias corridos.

4.3.5. O que não estiver previsto neste termo de referência e no edital deverá obedecer às regras de comercialização do fabricante.

4.4. Requisitos de Experiência Profissional

4.4.1. Qualificação Técnica Geral

- As licitantes devem comprovar sua capacidade técnica através de atestados que demonstrem experiência em fornecer bens e serviços similares aos da licitação.
- Os atestados devem comprovar o fornecimento de um percentual mínimo de 50 % do volume estimado de licenças neste Termo de Referência, incluindo garantia e assistência técnica.
- Contratos já executados ou em execução podem ser utilizados para comprovação, podendo ser cumulativos em múltiplos contratos.

4.4.2. Qualificação Específica para Subscrições Google

- As empresas que desejam fornecer subscrições Google devem estar listadas no rol público de fornecedores habilitados pela Google para o segmento governamental.
- A verificação desta informação será mediante apresentação de certificado de parceria que comprove certificação para atuação no segmento governamental.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. As licenças e as chaves de ativação deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.6.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais: Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.6.2 A CONTRATADA obriga-se a observar, em todas as etapas de execução do contrato, as diretrizes da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, conforme estabelecido na Portaria TRE-AM nº 208/2024, devendo zelar para que seus empregados e prepostos mantenha conduta profissional ética e respeitosa, abstendo-se de qualquer prática que possa configurar assédio moral, sexual ou discriminação.

4.7. Requisitos de Implantação

4.7.1. A CONTRATADA deverá informar e providenciar local de acesso e/ou ferramenta para gerenciamento, controle, acesso e suporte à implantação para as licenças de software fornecidas.

4.7.2. Deverá ser fornecida documentação oficial do fabricante da solução, em português, com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, partnumber, modelo, versão, data de validade, indicador de direito de atualização, garantia e suporte e período de garantia.

4.7.3. A CONTRATADA deverá fornecer orientações sobre migração de serviços de outras plataformas:

- Para as licenças da fabricante Google, orientações disponíveis em: Migrar os dados da sua organização para o Google Workspace.

4.8. Garantia de execução contratual

4.8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8.4. A Garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida de pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

4.9. Requisitos de capacitação

4.9.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.10. Requisitos Legais

- Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Decreto nº 11.462/2023 de 31 de Março de 2023 – Dispõe sobre Sistema de Registro de Preço.
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal.
- Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023 - Estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)
- Instrução Normativa GSI/PR nº 5, de 30 de agosto de 2021, Dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.
- Resolução CNJ nº 468/2022: Diretrizes para contratações de TIC no CNJ;
- Resolução CNJ nº 370/2021: Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Resolução CNJ nº 400/2021: Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário; e a outras legislações aplicáveis;

4.11. Requisitos de segurança, privacidade e segurança da informação

4.11.1 Conformidade com Políticas e Normas

- Atendimento à Política de Segurança da Informação do Contratante.
- Respeito às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

4.11.2. Funcionalidades de Segurança

- Acesso ao centro de conformidade para gerenciar segurança e conformidade (prevenção de perda de dados, descoberta eletrônica, retenção).
- Gerenciamento de ameaças (filtragem de mensagens, anti-malware).
- Gerenciamento de dispositivos móveis (políticas de segurança, limpeza remota, relatórios).
- Gerenciamento do ciclo de vida do conteúdo (importação, arquivamento, retenção, monitoramento, caixas de correio inativas, registros).
- Mecanismos de prevenção de perda de dados.
- Implementação de rótulos de confidencialidade.

4.11.3. Sigilo e Confidencialidade

- Manutenção de sigilo absoluto sobre dados e informações.
- Proibição de divulgação, reprodução ou uso indevido de informações.
- Não análise ou processamento do conteúdo de e-mails para fins não contratuais.
- Proibição de análise, processamento ou indexação de e-mails para publicidade ou criação de perfis.
- Proibição de recolhimento de informações sobre o uso de internet ou a localização dos usuários.

4.11.4. A CONTRATADA deverá executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

4.11.5. O modelo de declaração de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a ser assinado pelo representante legal do Contratado, encontra-se no ANEXO deste termo de referência.

4.12. Requisitos de Sustentabilidade

4.12.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e suas atualizações:

- Implementação de códigos que otimizem o consumo de recursos computacionais;
- Aumento da eficiência energética; e
- Redução do consumo de papel, recursos de impressão e outros insumos não renováveis.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Início e Entrega

- O serviço começa em até 15 dias após a Ordem de Serviço (OS), com possível prorrogação.
- A entrega é a disponibilização das licenças online, em área exclusiva da Contratante.

5.2. Execução e Faturamento

- Ordens de Serviço são emitidas conforme necessidade, sem garantia de consumo mínimo.
- O faturamento é mensal, iniciado com a OS, e segue até o fim do contrato.
- Ordens de serviços adicionais seguem as mesmas regras de faturamento, com o cálculo do término do faturamento da parcela mensal tendo como referência a data de expiração da vigência do contrato.

5.3. Local, Horário e Materiais

- Os serviços são prestados nos endereços do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (Capital e Interior).
- A solução online deve estar disponível 24 horas por dia/ 7 dias por semana.
- A contratada fornece os materiais necessários, incluindo documentação do fabricante.

5.4. Garantia e Transição

- A garantia dos serviços segue o Código de Defesa do Consumidor.
- A Contratada deve garantir a portabilidade de dados e aplicativos.
- Toda e qualquer informação produzida no âmbito da execução do objeto do contrato pelas empresas prestadoras dos serviços será de propriedade do Contratante e fica a Contratada obrigada a documentar e registrar os serviços e eventos ocorridos, observando as metodologias e ferramentas utilizadas e disponíveis ao Contratante.

5.5. Comunicação e Sigilo

- A comunicação formal inclui OS, atas de reunião, ofícios, sistema de chamados e e-mails.
- A Contratada deve manter sigilo absoluto sobre dados e informações.
- O Termo de Compromisso deve ser assinado pelo representante legal do Contratado.

5.6. Ordem de Serviço

- A ativação inicial das licenças será feita por ordem de serviço após a assinatura do contrato.
- Pedidos adicionais de licenças também serão formalizados por ordens de serviço.
- Reduções no número de licenças ativas seguirão o mesmo procedimento, com ordens de serviço específicas.

5.7. Quantidade de Licenças

- Será emitida ordem de serviço, após a assinatura do contrato, referente ao pedido inicial da quantidade de licenças a serem ativadas.
- Sempre que necessário e a critério do TRE-AM, poderá ocorrer solicitação para ativação de novas licenças. Para cada pedido adicional, será expedida nova ordem de serviço com o detalhamento da quantidade e o tipo de licença solicitada.
 - Essas licenças serão mantidas pelo **prazo mínimo de 12 (doze) meses ou até o fim da vigência contratual**.
 - Após o decurso de 12 (doze) meses a partir da formalização do pedido adicional de licenciamento, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE- AM) poderá, a seu exclusivo critério, solicitar a redução do número dessas licenças ativas, seja de forma total ou parcial.
 - Para cada solicitação de redução, será emitida uma nova ordem de serviço, especificando a quantidade e o tipo de licenças a serem desativadas.

5.8. Disponibilidade do Serviço

- O serviço deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7).
- Interrupções não programadas resultarão em descontos na fatura, com exceção das seguintes situações:
 - Períodos de manutenção e paradas programadas acordadas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, comunicadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
 - Incidentes que dependam de informações adicionais do CONTRATANTE;
 - Ocorrência de falha de qualquer dos recursos físicos do ambiente do CONTRATANTE.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Execução do Contrato

- O contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes, seguindo as normas da Lei nº 14.133/2021.
- A comunicação entre as partes deve ser por escrito, com possibilidade de uso de mensagens eletrônicas.
- A contratante pode convocar representantes da contratada para resolver questões urgentes.

6.2. Preposto

- A contratada deve designar um preposto formalmente, com poderes e deveres definidos.
- A contratante pode recusar o preposto, se justificado.
- O preposto não necessitará estar presente no local da execução do objeto.

6.3. Reunião Inicial

- Após a assinatura do contrato, será realizada uma reunião inicial para alinhamento.
- A reunião abordará questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato, e apresentação de documentos.

6.4. Fiscalização

- A execução do contrato será acompanhada por fiscais técnicos e administrativos.
- O fiscal técnico acompanhará o cumprimento das condições do contrato e registrará ocorrências.
- O fiscal administrativo verificará as condições de habilitação da contratada e acompanhará os aspectos financeiros do contrato.
- A fiscalização será contínua, com participação em reuniões e apoio ao gestor do contrato.

6.5. Gestor do Contrato

- O gestor coordenará a fiscalização, registrará ocorrências e acompanhará a habilitação da contratada.
- O gestor emitirá documentos de avaliação do desempenho da contratada e tomará providências em caso de irregularidades.
- O gestor elaborará relatório final sobre a execução do contrato.
- O gestor enviará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

7.1. Obrigações da Contratante

7.1.1. Gestão e Fiscalização

- Nomear gestor e fiscais para acompanhar o contrato.
- Fiscalizar o objeto do contrato.

7.1.2. Comunicação e Demanda

- Encaminhar demandas formalmente por Ordem de Serviço.
- Comunicar ocorrências relacionadas ao serviço.
- Fornecer informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços.

7.1.3. Pagamento e Sanções

- Receber o objeto conforme a proposta e inspeções.
- Aplicar sanções administrativas quando necessário.
- Liquidar empenho e efetuar pagamento dentro dos prazos.

7.1.4. Propriedade Intelectual e Acesso

- Definir propriedade intelectual e direitos autorais.
- Garantir acesso ao ambiente físico ou lógico para execução dos serviços.

7.1.5. Outras Obrigações

- Exigir cumprimento das obrigações da contratada.
- Providenciar assinaturas em termos de sigilo.
- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.

7.2. Obrigações do Contratado

7.2.1. Representação e Atendimento

- Indicar preposto para representá-lo.
- Atender orientações da equipe de fiscalização.

7.2.2. Responsabilidade e Reparação

- Reparar danos causados à Contratante ou a terceiros.
- Responsabilizar-se por vícios e danos do serviço.

7.2.3. Condições e Qualificação

- Manter condições de habilitação.
- Manter equipe técnica qualificada.
- Manter produtividade mínima.

7.2.4. Propriedade Intelectual e Transição

- Ceder direitos de propriedade intelectual.
- Fazer transição contratual quando necessário.

7.2.5. Sigilo e Comunicação

- Garantir sigilo e inviolabilidade de informações.
- Não veicular publicidade sem autorização.
- Não usar informações da Contratante para outros fins.
- Comunicar anormalidades nos serviços.
- Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1. Ambas as partes declaram ciência e comprometem-se a cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adequando procedimentos internos para proteção de dados pessoais.

8.2. Comprometem-se a:

- Tratar dados pessoais apenas para finalidades legítimas e compatíveis com o objeto do contrato.
- Adotar medidas técnicas e administrativas para proteger dados contra acessos não autorizados e incidentes.
- Eliminar ou devolver dados pessoais ao final do tratamento, salvo situações legais de armazenamento.

8.3. As partes responderão por danos decorrentes de inobservância da LGPD, na esfera administrativa e judicial.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os Indicadores de Níveis de Serviço para aferição da qualidade da prestação dos serviços, conforme dispostos neste item:

9.1.1. INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE)

INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE)	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na (s) Ordem (ns) de Serviço.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">IAE igual ou menor que 0.A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes na (s) Ordem (ns) de Serviço dentro do prazo previsto.
Forma de acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na Ordem de Serviço (OS) e da data de recebimento provisório das licenças.
Periodicidade	Para cada Ordem de Serviço (OS) encerrada e com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX - TEST</p> <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none">IAE = Indicador de atendimento aos prazos de entrega;TEX = Tempo de Execução: corresponde ao período de execução da Ordem de Serviço (OS), da sua data de início até a data de entrega dos serviços da OS.A data de início será aquela constante OS, caso não esteja explícita será o primeiro dia útil após a emissão da Ordem de Serviço.A data de entrega da Ordem de Serviço (OS) será aquela reconhecida pelo fiscal técnico e registrada no Termo de recebimento Provisório (TRP).TEST = Tempo Estimado para a execução da OS: corresponde ao prazo previsto/estimado na OS, conforme estipulado neste Termo de Referência.
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <ul style="list-style-type: none">Menor ou igual a 0: Pagamento integral da Ordem de Serviço.De 1 a 30: aplicar-se-á a glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso.Maior ou igual a 30: aplicar-se-á a glosa de 10% sobre o valor da OS ou fração em atraso, acrescido de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em

9.1.2. INDICADOR DE CHAMADOS ATENDIDOS DENTRO DO PRAZO (ICP)

INDICADOR DE CHAMADOS ATENDIDOS DENTRO DO PRAZO (ICP)	
Finalidade	Assegurar que os chamados de suporte técnico estejam dentro do prazo, do início ao fim do atendimento.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">ICP maior ou igual a 95%.A meta definida visa assegurar que os chamados sejam atendidos dentro do prazo, do início ao fim do atendimento.
Instrumento de medição	Relatório ou ferramenta de acompanhamento de chamados ou por outra via disponibilizada pela CONTRATADA, considerando chamados abertos, início do atendimento e prazo de resolução do problema.
Forma de acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação dos requisitos previstos no subitem 4.3.4 deste termo de referência, considerando os níveis de severidade estipulados.
Periodicidade	Mensal, quando da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>ICP = (QAP/QTA) x 100</p> <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none">ICP - Indicador de Chamados atendidos dentro do Prazo;QAP - Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo;QTA - Quantidade total de chamados atendidos.
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>Para valores do indicador ICP:</p> <ul style="list-style-type: none">Maior ou igual a 95%: Pagamento integral do valor mensal da OS;Maior ou igual a 85% e menor que 95%: Glosa de 1,5% sobre o valor mensal da OS;Maior ou igual a 78% e menor que 85%: Glosa de 3% sobre o valor mensal da OS;Maior ou igual a 72% e menor que 78%: Glosa de 5% sobre o valor mensal da OS;Menor que 72%: Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do contrato, sem prejuízo da aplicação da glosa anterior. <p>Glosa de 10% sobre o valor mensal da OS e ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato, mediante abertura de processo administrativo para aplicação de sanção.</p>

9.1.3. Os indicadores descritos no subitem anterior foram elaborados com base nas diretrizes estabelecidas na Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, que define o "Modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal".

9.1.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados;
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.1.5. A utilização dos Indicadores de Nível de Serviço não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.2. Condições de Pagamento

- O pagamento será realizado mensalmente proporcionalmente ao número de licenças ativas, formalizado por Termo de Aceite, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois do aceite na nota fiscal efetuada pela Fiscalização do TRE-AM, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.
- Caso ocorra solicitação de aumento do número de licenças, os valores serão calculados *pró-rata* ao tempo restante do mês, contados a partir do aceite das novas licenças.
- Caso ocorra solicitação de redução do número de licenças, os respectivos valores das licenças reduzidas serão descontados na fatura subsequente ao mês em que o pedido foi realizado.
- O pagamento será realizado até o 10º dia útil após o aceite definitivo do objeto e o ateste da Nota Fiscal/Fatura.
- A Nota Fiscal/Fatura deve conter informações específicas, como endereço, CNPJ, número do empenho, dados bancários e descrição clara do objeto.
- A Nota Fiscal/Fatura será examinada pelo Fiscal designado pelo TRE-AM, que atestará a execução do objeto antes da liberação para pagamento.
- Erros na Nota Fiscal ou documentos, ou impedimentos na liquidação, suspenderão o pagamento até a regularização.

9.3. Outros Aspectos:

- A data do pagamento será a data da emissão da ordem bancária.
- Irregularidades no SICAF podem suspender o pagamento até a regularização da situação pela contratada.
- Retenções tributárias serão aplicadas conforme a legislação.
- Empresas optantes pelo Simples Nacional devem comprovar sua condição para evitar retenções tributárias.

10. SANÇÕES

10.1. Sanções e Penalidades

- A contratada estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.
- A inexecução do contrato, entrega de documentação falsa, fraude ou comportamento inidôneo podem resultar em impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, com prazos de até 6 anos.
- Durante a execução do contrato, a contratada poderá sofrer penalidades variáveis de acordo com a gravidade das ocorrências.
- Atrasos injustificados na entrega do objeto podem resultar em multa de mora de 0,5% ao dia sobre o valor do contrato.
- A aplicação das penalidades observará os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

10.2. Procedimentos e Condições

- A contratada poderá solicitar prorrogação de prazos em casos de eventos imprevisíveis e alheios à sua vontade.
- Multas aplicadas serão descontadas de notas fiscais ou cobradas via Guia de Recolhimento da União (GRU), com possibilidade de inscrição em Dívida Ativa.
- O período de atraso será contado em dias corridos.
- Casos omissos serão resolvidos pelas partes, conforme a legislação e normas aplicáveis.
- As sanções aplicadas serão publicadas no Diário Oficial da União e no Diário de Justiça eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Tabela 1: Graus de gravidade das infrações e sanções correspondentes

Grau de Gravidade	Sanção
01	Advertência formal
02	Multa de 10 % sobre o valor da parcela não cumprida
03	Multa de 20 % sobre o valor total do contrato
04	Multa de 30% sobre o valor global da contratação

Tabela 2: Infrações, penalidades e graus de gravidade

Infrações		
Item	Descrição	Grau de gravidade
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	01
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços prestados pelo TRE-AM ou ao interesse coletivo.	02
3	Dar causa à inexecução total do contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta (salvo em decorrência de fato superveniente devidamente e formalmente justificado), não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	03

4	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	04
---	---	----

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.
- Será considerado vencedor o fornecedor que apresentar proposta com MENOR PREÇO GLOBAL. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo constante o Anexo deste Termo de Referência.

11.2. Regime de execução

- O regime de execução do contrato será por de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e o critério de aceitabilidade dos preços será o preço global do grupo associado ao preço unitário de cada item, fixando se como os respectivos preços máximos aqueles que serão indicados neste Termo de Referência.
- O modo de disputa será ABERTO conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar e definido no art. 56, caput da Lei 14.133, de 2021.

11.3. Qualificação Técnica

11.3.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.3.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.3.3. Só poderão participar da contratação os parceiros da Google que constem no rol público de fornecedores habilitados por ela a vender e comercializar licenças para o segmento governo. A verificação será através de certificado de parceria GOOGLE no momento da habilitação da empresa. Esta verificação é importante para garantir que sejam entregues os itens conforme as regras de licenciamento da Google.

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

12.1. A estimativa de preço da contratação abaixo considera a aquisição de **Licenças GWS Enterprise**, consoante Acordo Corporativo nº 10/2024, com estabelecimento do **Preços Máximos de Compra de Item (PMC-TIC)**, por um período de **36 meses**.

Descrição da Licença	Quantidade Estimada (TRE-AM)	Valor 36 meses Acordo SGD/Google	Valor 36 meses x Quant. Estimada
GWS Enterprise Starter	510	R\$ 1.274,72	R\$ 650.107,20
GWS Enterprise Standard	590	R\$ 2.873,00	R\$ 1.695.070,00
GWS Enterprise Plus	40	R\$ 4.260,00	R\$ 170.400,00
CATSER – 26077			R\$ 2.515.577,20

Google - Acordo Corporativo nº 10/2024

12.1.1. O valor total máximo aceitável da contratação é de **R\$ 2.515.577,20 (dois milhões, quinhentos e quinze mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos). (PMC-TIC)**

12.2. Esta estimativa de preço serve como referência para a contratação e está sujeita a eventuais ajustes e negociações durante o processo de formalização do contrato.

12.3. O estabelecimento do **Preços Máximos de Compra** de Item (PMC-TIC) no Acordo Corporativo nº 10/2024, não desobriga a pesquisa de preços por parte do órgão contratante. Portanto, nos termos da Lei 14.133/2021, art. 23, considera-se que a realização de pesquisa de preços segue obrigatória.

12.4. Essa previsão está expressa no § 3º do art. 20 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022: “Art. 20. § 3º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas - PMC-TIC deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior ao PMC-TIC.”

12.5. A estimativa de mercado foi realizada e consta em item específico no Estudo Técnico Preliminar.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. Após o intervalo de um ano, os preços serão ajustados mediante a aplicação pelo CONTRATANTE, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da Anualidade.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A contratação deverá utilizar recursos provenientes do orçamento da UG COINF.

Manaus, 15 de Abril de 2026

Equipe de Planejamento da Contratação (Portaria nº 260, de 27 de fevereiro de 2025)

Kleber Cezar Merklein – Requisitante
Rubens Antônio Pinto Soares – Integrante Técnico
Lucas Carlon de Carvalho – Integrante Administrativo

Kleber Cezar Merklein
Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

1.1. O objetivo do estudo é demonstrar a viabilidade técnica e econômica de aquisição de suíte de escritório colaborativa com ferramentas de produtividade, que permitam a criação, edição, armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de documentos e projetos, a criação de conteúdos e apresentações, os cálculos e transformação de dados, a organização da comunicação e correio eletrônico e a colaboração em tempo real para as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, com possibilidade de produção e colaboração em ambientes virtuais e em nuvem, com direito de atualização, garantia e suporte, por 36 (trinta e seis) meses, a fim de atender as necessidades corporativas do TRE-AM.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como um serviço comum e de natureza continuada, nos termos dos inc. XIII e XV, do art. 6º da Lei 14.133/2021.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A computação em nuvem é um modelo de solução tecnológica que possibilita o provisionamento de recursos e serviços de maneira que eles possam ser acessados de qualquer lugar e a qualquer momento, de forma conveniente. Este modelo permite o acesso por meio de rede a recursos computacionais configuráveis, tais como redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços. Esses recursos podem ser provisionados e desativados rapidamente, exigindo um mínimo de esforço em termos de gerenciamento ou interatividade com o provedor de serviços.

2.2. Suítes de escritório são pacotes de softwares que incluem ferramentas de produtividade e colaboração, como editores de texto, planilhas, apresentações, agendas, compartilhamento de arquivos e reuniões virtuais. São amplamente utilizadas por empresas e órgãos públicos para atividades cotidianas.

2.3. A adoção de suítes de escritório é caracterizada pela integração de ferramentas de inteligência artificial, que potencializam a automação de tarefas e a tomada de decisões, além de oferecer soluções avançadas de segurança e colaboração, fundamentais em um ambiente de trabalho cada vez mais remoto e híbrido.

2.4. Considerando que a última aquisição de ferramentas de escritório ocorreu em 2013 e que a versão do Microsoft Office em uso é a 2010, uma versão já obsoleta e que não recebe mais suporte, fica evidente a necessidade urgente de uma atualização tecnológica para garantir maior eficiência, segurança e competitividade nas operações do Tribunal Regional Eleitoral.

2.5. Ademais, a substituição do Zimbra Open Source por uma ferramenta on-line de Escritório é justificada pela maior confiabilidade, escalabilidade e segurança oferecidas por essas soluções, que garante alta disponibilidade e conformidade com regulamentações internacionais. A solução proposta integra um conjunto completo de ferramentas de colaboração, como e-mail, armazenamento e videoconferência, proporcionando uma experiência mais robusta e funcional, com menos custos operacionais, já que elimina a necessidade de manutenção interna e infraestrutura própria.

2.6. A admissão de Plataforma de Comunicação e Colaboração em Nuvem pelo TRE-AM visa:

- **Economia de custos:** Redução de despesas com infraestrutura local, licenças de software e manutenção;
- **Melhoria da produtividade:** Facilidade de compartilhamento de informações, colaboração em tempo real e acesso remoto às ferramentas;
- **Aumento da segurança:** Recursos avançados de segurança, como criptografia e autenticação multifatorial;
- **Flexibilidade e escalabilidade:** Capacidade de adaptar os recursos às necessidades do TRE-AM;
- **Sustentabilidade:** Uso de tecnologias e práticas que reduzem o consumo de energia e utilizam fontes renováveis;
- **Melhoria da experiência do usuário:** maior mobilidade e acesso a ferramentas de comunicação e colaboração de qualquer lugar e dispositivo;
- **Otimização da equipe de TI:** Maior produtividade e segurança;
- **Melhoria da capacidade de resposta e inovação:** ciclos mais rápidos de inovação e implantação;
- **Resiliência:** garantia da continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação (TIC).

2.7. Trata-se de uma estratégia para otimizar recursos, melhorar a eficiência e garantir a segurança das operações, além de promover a sustentabilidade e a melhoria da experiência do usuário, com o objetivo de possibilitar a transformação digital e modernização da infraestrutura tecnológica do TRE-AM, por meio da migração para a computação em nuvem, utilizando o modelo SaaS (Software como Serviço), cujos resultados são maior eficiência, segurança e flexibilidade nas operações, além de melhorias na gestão e execução das atividades eleitorais e administrativas.

3. PREVISÃO NO PCA, ALINHAMENTO AO PDTIC E AO PEI

3.1. A presente contratação está prevista no plano de contratação de 2026.

3.2. Alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI): objetivo estratégico "Prover e aprimorar infraestrutura para os serviços de TIC", e

3.3. Alinhada ao Plano Estratégico Institucional do TRE-AM: objetivo "Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados"

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Necessidades de Negócio

- Escalabilidade e Flexibilidade: Ajustar recursos de TI conforme a demanda, otimizando custos e agilizando operações.
- Redução de Custos operacionais: Diminuir gastos com manutenção e infraestrutura, alocando recursos para áreas estratégicas.
- Melhoria na Segurança e Conformidade: Garantir segurança de dados e aplicações em conformidade com regulamentações como LGPD.
- Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres: Assegurar disponibilidade de serviços e dados críticos contra falhas e desastres.

4.2. Necessidades Tecnológicas

- Gerenciamento de Identidade e Acesso (IAM): Controlar o acesso aos recursos da nuvem com políticas de acesso baseadas em funções (RBAC) e autenticação multifator (MFA).
- Monitoramento e Análise de Desempenho: Monitorar continuamente o desempenho de recursos e aplicações na nuvem.
- Integração e Interoperabilidade com IA: Integrar inteligência artificial (IA) e serviços relacionados à nuvem para melhorar processos e análises de dados.

4.3. Requisitos de Manutenção, Suporte Técnico e Garantia

- A solução deve estar disponível 24 horas por dia, independentemente de manutenções.
- Suporte técnico para correção de problemas, esclarecimento de dúvidas, atualizações e acompanhamento.
- Manutenção preventiva, evolutiva, corretiva e adaptativa.
- Disponibilidade de suporte técnico 24 horas por dia / 7 dias por semana, com diferentes níveis de severidade e tempos de resposta definidos.
- A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.4. Requisitos de Experiência Profissional

- Comprovação de capacidade técnico-operacional para a execução do objeto.

4.5. Requisitos Temporais

- Levantamento dos prazos para entrega de licenças e chaves de ativação.
- Levantamento dos prazos para resposta e resolução de chamados de suporte técnico.
- As licenças e as chaves de ativação deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante.

4.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- Aderência à Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.7. Requisitos de Implantação

- Informações e ferramentas para gerenciamento, controle, acesso e suporte à implantação.
- Documentação oficial do fabricante da solução.

- Orientações sobre migração de serviços de outras plataformas.

4.8. Requisitos de Garantia de execução contratual

- Garantia da contratação conforme Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. Requisitos de Capacitação

- Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica.

4.10. Requisitos Legais

- Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Decreto nº 11.462/2023 de 31 de Março de 2023 – Dispõe sobre Sistema de Registro de Preço.
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
- Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023 - Estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)
- Instrução Normativa GSI/PR nº 5, de 30 de agosto de 2021, Dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.
- Resolução CNJ nº 468/2022: Diretrizes para contratações de TIC no CNJ;
- Resolução CNJ nº 370/2021: Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Resolução CNJ nº 400/2021: Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário; e a outras legislações aplicáveis;

4.11. Requisitos de Segurança, Privacidade e Segurança da Informação

- Conformidade com políticas e normas de segurança.
- Funcionalidades de segurança como controle de acesso, criptografia e prevenção de perda de dados.
- Sigilo e confidencialidade sobre dados e informações.

4.12. Requisitos de Sustentabilidade

- Práticas sustentáveis em data centers, como eficiência energética e uso de fontes renováveis.
- Implementação de códigos que otimizem o consumo de recursos computacionais.
- Aumento da eficiência energética.
- Redução do consumo de papel e outros insumos não renováveis.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. Para fins de estimativa, a equipe de planejamento realizou um levantamento detalhado do quantitativo de magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiário, conforme abaixo:

5.2. O TRE-AM conta, na presente data, com 983 (novecentos e oitenta e três) usuários entre magistrados, servidores, terceirizados e estagiários. Em anos eleitorais, há incremento significativo no quadro de pessoal, mediante a inclusão de servidores requisitados e cedidos. **Por essa razão, estabeleceu-se o quantitativo de 1140 (um mil cento e quarenta) licenças**, sendo 157 licenças, para fins de reserva técnica. Ressalte-se que a licitação é destinada à registro de preços, de modo que o TRE-AM não estará obrigado a adquirir o quantitativo licitado em sua integralidade.

5.3. Cálculo do número de licenças necessárias à contratação, de acordo com consulta à página da Intranet/TRE-AM realizada em 03/03/2026:

ITENS	QUANT. LICENÇAS
Magistradas(os)	86
Servidoras(es)	513
Colaboradoras(es)	316
Estagiárias(os)	68
Quantidade estimada (pedido inicial)	983
Reserva Técnica	157
TOTAL	1140

6. AVALIAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

6.1. O mercado de suítes de escritório é dominado por grandes plataformas, oferecendo uma ampla gama de ferramentas de produtividade e colaboração. As principais soluções incluem Microsoft 365, Google Workspace e, em menor escala, LibreOffice, Zoho Office Suíte e WPS da KINGSOFT, que tem baixa participação no mercado.

Ferramenta	Descrição	Vantagens	Desvantagens	Para quem
Microsoft 365	A suíte da Microsoft, anteriormente conhecida como Office 365, é uma das mais utilizadas no mundo. Inclui aplicativos como Word, Excel, PowerPoint, Outlook, entre outros.	Amplamente compatível, recursos avançados, integração com outros serviços da Microsoft.	Requer assinatura paga, pode ser complexo para usuários iniciantes.	Ideal para empresas e usuários que necessitam de funcionalidades completas e compatibilidade com formatos de arquivo padrão.
Google Workspace	Suíte online do Google, com aplicativos como Docs, Sheets, Slides, Gmail, Drive, entre outros.	Colaboração em tempo real, integração com outros serviços do Google, acessível de qualquer dispositivo com internet	Requer conexão com a internet para usufruir de todas as funcionalidades, pode ter menos recursos avançados que o Microsoft 365	Ideal para equipes que precisam colaborar em documentos e trabalhar de forma remota.
LibreOffice	Suíte de código aberto e gratuita, com aplicativos como Writer, Calc, Impress, entre outros.	Gratuito, compatível com diversos formatos de arquivo, personalizável.	Interface pode ser menos intuitiva que as suítes pagas, menos recursos avançados.	Ideal para usuários que buscam uma alternativa gratuita e de código aberto.
Apple iWork	Suíte da Apple, com aplicativos como Pages, Numbers, Keynote, entre outros.	Integração com o ecossistema Apple, interface intuitiva, design elegante.	Menos compatível com formatos de arquivo padrão, disponível apenas para dispositivos Apple.	Ideal para usuários de Mac, iPhone e iPad que buscam uma suíte integrada e com design refinado.
Zoho Workplace	Suíte online com aplicativos como Writer, Sheet, Show, Mail, entre outros.	Boa relação custo-benefício, integração com outros serviços da Zoho, interface intuitiva	Menos recursos avançados que o Microsoft 365, pode ser menos popular em alguns mercados	Ideal para pequenas e médias empresas que buscam uma suíte online com bom custo-benefício

6.2. Justificativa da Solução escolhida (Google Workspace)

6.2.1. A análise comparativa de soluções, deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos, para o alcance dos objetivos, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

6.2.2. Ao optar pela melhor solução, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas se baseia inclusive na avaliação recente do Gartner quanto ao mercado de



computação em nuvem. Importa ressaltar que os fabricantes Microsoft e a Google são líderes globais no fornecimento de soluções de software, com ampla presença e reconhecimento no mercado mundial, o que garante confiabilidade e inovação contínua.

6.2.3. Nesse sentido, considerando os pontos acima, conclui-se que a Microsoft e o Google dominam o mercado, atendendo a diferentes necessidades dos usuários. A escolha entre esses dois fabricantes depende das necessidades específicas de cada órgão, levando em consideração fatores como preferências por ferramentas específicas, requisitos de integração e o orçamento disponível.

6.2.4. Após consulta ao Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas para Licenciamento de Software da Administração Pública Federal e análise de Acordos Corporativos com as fabricantes Microsoft (Acordo Corporativo nº 8/2020) e a Google (Acordo Corporativo nº 10/2024), verificou-se os

custos de cada ferramenta:

MICROSOFT - Acordo Corporativo nº 8/2020 - CATSER - 26077

ITEM	Part- Number	Descrição	Un.	Valor mensal Acordo SGD/Microsoft	Valor 36 meses Acordo SGD/Microsoft
01	T6A-00024	E1 - O365E1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	01	R\$ 37,64	R\$ 1.355,04
02	AAA-10842	E3 - O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	01	R\$ 120,93	R\$ 4.353,48
03	SY9- 00004	E5 - O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	01	R\$ 199,71	R\$ 7.189,56

GOOGLE - Acordo Corporativo nº 10/2024 - CATSER - 26077

ITEM	Part- Number	Descrição	Un.	Valor 36 meses Acordo SGD/Google
01	GG-004	Workspace Enterprise Starter	01	R\$ 1.274,72
02	GG-005	Workspace Enterprise Standard	01	R\$ 2.873,00
03	GG-006	Google Workspace Enterprise Plus	01	R\$ 4.260,00

6.2.5. Trata-se de soluções similares (CATSER - 26077), dos fabricantes Microsoft e Google, respectivamente, que indicam atender às necessidades deste Regional. Ressalta-se quanto ao critério econômico, pois a fabricante Google possui planos mais acessíveis em comparação à Microsoft.

6.2.6. Pois bem, o artigo 41 da Lei 14133/2021 indica que, em caráter excepcional, a administração poderá indicar ou excluir marca ou modelo, tanto de produto ou serviços:

*Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:
I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:
a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*

6.2.7. A padronização do objeto pode ser referente à padronização de características técnicas e de desempenho de produtos, o que pode levar à padronização de preços.

6.2.8. O processo de padronização está previsto no artigo 43 da Lei 14133/2021, e por razões lógicas, deve ser prévio à licitação que se indica a marca sob este fundamento. Cumpre destacar que a padronização é admitida pelo TCU há muito:

*O princípio da padronização não conflita com a vedação de preferência de marca, que não constitui obstáculo à sua adoção, desde que a decisão administrativa, que identifica o produto pela marca, seja circunstanciadamente motivada e demonstre ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, mais vantajosa para a administração.
Acórdão 1547/2004-Primeira Câmara | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES*

6.2.9. Portanto, verificou-se que a fabricante **Google** possui requisitos que mais atendem às necessidades deste Tribunal, quais sejam:

- O Google Workspace tem se destacado em ambientes colaborativos, devido à sua **interface intuitiva** e integração com soluções em nuvem;
- Esta suite integra uma série de ferramentas essenciais para a realização de tarefas cotidianas no ambiente corporativo, com foco na colaboração em tempo real e na **simplicidade de uso**;
- O Google Workspace se integra perfeitamente com outras ferramentas populares do Google, como Gmail, Drive, Meet e Agenda;
- Desempenho **mais rápido** para tarefas colaborativas online;
- O Google Workspace oferece **planos mais acessíveis em comparação a outros fabricantes**, especialmente para pequenas empresas e equipes menores.

6.2.10. Ao analisar os planos oferecidos, é possível identificar uma economia de cerca de 20% (vinte por cento), dos produtos da Google comparados à Microsoft, fundamentada na análise do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas para Licenciamento de Software da Administração Pública

Federal.

6.2.11. Cumpre informar que o TRE-AM é parte do (Acordo Corporativo nº 8/2020) - Microsoft e do (Acordo Corporativo nº 10/2024) - Google, devendo utilizar os valores de referência (catálogo padronizado) para a aquisição de produtos/serviços.

6.2.12. Isto posto, a escolha do fabricante Google foi baseada em uma análise criteriosa de todos os fatores acima elencados, **buscando o equilíbrio entre o menor custo e a maior eficiência e benefícios para o TRE-AM.**

6.2.13. A Solução GOOGLE WORKSPACE oferece uma experiência otimizada para o tribunal, reduz a necessidade de treinamentos dos usuários em geral, simplificando a participação remota nas audiências e agilizando os processos internos, **esta solução demonstra ser tecnicamente e economicamente viável**, pois se trata de uma solução abrangente e integrada que combina diversas ferramentas de produtividade com funcionalidades avançadas de colaboração e segurança. Inclui aplicativos essenciais como o Gmail (e-mail), Google Docs (processador de texto), Google Sheets (planilhas), Google Slides (apresentações), Google Meet (videoconferências), entre outros, todos com suporte para edição colaborativa em tempo real. Além disso, o Google Workspace oferece uma série de recursos de segurança avançada, como a verificação em duas etapas, a proteção contra phishing e o gerenciamento de dispositivos, além de armazenamento em nuvem com o Google Drive.

6.2.14. Ressalta-se que há múltiplos fornecedores que comercializam a solução escolhida. Neste caso, a indicação da fabricante Google não levará a situação de exclusividade, portanto, não há inviabilidade de competição necessária para fundamentar inexigibilidade de licitação.

6.3. Levantamento dos tipos de licenças GOOGLE WORKSPACE

ITEM SGD	ESPECIFICAÇÃO	FOCO	RECURSOS PRINCIPAIS
01 GG-006	<i>Google Workspace Enterprise Plus</i>	Para colaboradores de grandes organizações com recursos de produtividade e colaboração total com armazenamento flexível e os controles de segurança e compliance mais avançados. Possui funcionalidades de IA (Gemini 1.5 Pro, AI Meeting e AI Security).	Além dos itens do Google Workspace Enterprise Standard, possui criptografia do lado cliente, Assured Controls para gerenciar requisitos de segurança e compliance. Relatórios de vírus, integração com repositórios de terceiros com recursos de indexação. Possui aplicativos Google IA Generativa com uso e acesso completo e recursos para reuniões e proteções de segurança sem limitação de uso.
02 GG-005	<i>Google Workspace Enterprise Standard</i>	Para colaboradores de grandes organizações com recursos completos de segurança, compliance e gerenciamento avançado e suporte dedicado. Possui funcionalidades de IA (Gemini 1.5.Pro, AI Meeting e AI Security).	5 TB POR USUÁRIO COM CAPACIDADE PARA EXPANSÃO, acesso em vários dispositivos (smartphones, computadores, tablets), acesso off-line, verificação em duas etapas, conexões SSL aplicadas. Possui aplicativos Google IA Generativa com uso e acesso completo e recursos para reuniões e proteções de segurança sem limitação de uso.
03 GG-004	<i>Google Workspace Enterprise Starter</i>	Solução mais acessível em termos de preço em comparação com outras edições do Google Workspace, oferecendo funcionalidades essenciais para melhorar a produtividade nas empresas, com uma capacidade d e armazenamento limitada e um número reduzido de recursos avançados que estão presentes nas versões Enterprise mais completas. Possui funcionalidades de IA (Gemini 1.5. Pro, AI Meeting e AI Security)	Inclui 1 TB Storage Polled (e-mail e drive), permite Drive Compartilhado e permite no Meet até 500 usuários. Possui aplicativos Google IA Generativa com uso e acesso completo e recursos para reuniões e proteções de segurança sem limitação de uso.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a escolha da solução e definição da quantidade desejada, obteve-se os seguintes orçamentos preliminares para a contratação:

7.1.1. Acordo Corporativo nº 10/2024

7.1.1. Por se tratar de produtos da GOOGLE, informa-se que o TRE-AM é parte do Acordo Corporativo nº 10/2024, firmado pela União e a Google, devendo utilizar os valores de referência (catálogo padronizado) para a aquisição de produtos/serviços Google. **Processo SEI (0012618-54.2023.6.04.0000).**

7.1.2. Segundo a Lei 14.133/2021, art. 19, § 1º, "o catálogo conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna das licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos, conforme disposto em regulamento".

7.1.3. O estabelecimento do **Preços Máximos de Compra** de Item (PMC-TIC) no Acordo Corporativo nº 10/2024, não desobriga a pesquisa de preços por parte do órgão contratante. Portanto, nos termos da Lei 14.133/2021, art. 23, considera-se que a realização de pesquisa de preços segue obrigatória.

7.1.4. Essa previsão está expressa no § 3º do art. 20 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022: "Art. 20. § 3º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas - PMC-TIC deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior ao PMC-TIC."

7.1.5. A estimativa de preço da contratação abaixo considera a aquisição de Licenças GWS Enterprise, consoante Acordo Corporativo nº 10/2024, com estabelecimento do **Preços Máximos de Compra de Item (PMC-TIC)**, por um período de 36 meses.

Descrição da Licença	Quant. Estimada (TRE-AM)	Valor 36 meses Acordo SGD/Google	Valor 36 meses x Quant. Estimada
GWS Enterprise Starter	510	R\$ 1.274,72	R\$ 650.107,20
GWS Enterprise Standard	590	R\$ 2.873,00	R\$ 1.695.070,00
GWS Enterprise Plus	40	R\$ 4.260,00	R\$ 170.400,00
CATSER – 26077			R\$ 2.515.577,20

Google - Acordo Corporativo nº 10/2024

7.1.6. O valor total máximo aceitável da contratação (Preços Máximos de Compra de Item (PMC-TIC) é de **R\$ 2.515.577,20 (dois milhões, quinhentos e quinze mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos).** (PMC-TIC)

7.1.7. Esta estimativa de preço serve como referência para a contratação e está sujeita a eventuais ajustes e negociações durante o processo de formalização do contrato.

7.2. Órgãos públicos e/ou entidades que tenham adotado a solução GWS Enterprise e análise dos respectivos contratos:

7.2.1. Contrato nº 183/2024 - TRE-PA (24/10/2024)

	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MED.	QT	VALOR UNITÁRIO (12 meses)	VALOR TOTAL (12 meses)
1	Solução Google Workspace Enterprise Starter	26077	UN	1.330	R\$ 456,55	R\$ 607.211,50
2	Solução Google Workspace Enterprise Standard	26077	UN	150	R\$ 994,18	R\$ 149.127,00
3	Solução Google Workspace Enterprise Plus	26077	UN	50	R\$ 1.422,00	R\$ 71.100,00

7.2.2. Contrato nº 90/2024 - TRE-PR (28/11/2024)

	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MED.	QT	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL (60 meses)
1	Solução Google Workspace Enterprise Plus	26077	UN	2.000	R\$ 77,01	R\$ 9.241.200,00

2	Solução Google Workspace Enterprise Standard	26077	UN	1500	R\$ 10,70	R\$ 963.000,00
3	Licenças Gemini Enterprise para Workspace		UN	500	R\$ 53,44	R\$ 1.603.200,00

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução deverá ser uma plataforma de colaboração e produtividade baseada em nuvem (SaaS), acessível tanto online quanto offline, por meio dos principais navegadores de internet disponíveis no mercado. Essa solução integra uma série de aplicativos e recursos digitais, oferecendo ferramentas que visam aumentar a eficiência na execução de atividades relacionadas à produção digital de conteúdo, bem como na organização e comunicação entre equipes de trabalho. A colaboração entre as equipes é facilitada pelas diversas ferramentas da plataforma.

8.1.1. Ferramentas Essenciais:

- Interface web moderna e intuitiva, com integração entre as ferramentas.
- Acesso eficiente à comunicação a qualquer hora e lugar.
- Aplicativos para processamento de texto, planilhas, apresentações e BI.
- Padronização das ferramentas de escritório no Tribunal.
- Comunicação instantânea via texto, áudio e vídeo.
- Redução de custos com deslocamentos e chamadas telefônicas.
- Armazenamento de arquivos na nuvem, com compartilhamento e colaboração.
- Acesso remoto seguro e facilidade no trabalho em equipe.

8.1.2. Mobilidade e Acessibilidade:

- Disponibilidade nativa para notebooks com Windows, tablets e smartphones com iOS e Android.
- Otimização do uso de recursos em diferentes plataformas móveis.

8.1.3. Segurança Reforçada:

- Autenticação em 2 etapas, certificados digitais e tokens.
- Criptografia de dados e proteção contra ataques cibernéticos.
- Acesso restrito aos Data Centers, que vão armazenar as informações em nuvem.
- Recursos adicionais de segurança para mensagens de Email, limitando o encaminhamento, impressão e tempo de visualização.

8.1.4. Infraestrutura em Nuvem:

- Tráfego de informações distribuído entre domínios da CONTRATANTE e domínio público, conforme a classificação estratégica.
- Administração centralizada e distribuída da nuvem. (Manter o tráfego de informações sobre o controle e guarda da CONTRATANTE, impedindo qualquer tipo de quebra de privacidade ou vazamento de dados expostos em *DataCenter* que não pertença ao Tribunal.)
- Armazenamento de dados da nuvem pública em Data Centers no Brasil.
- Conformidade com leis e soberania brasileiras.

8.1.5. Plataforma de Desenvolvimento:

- Solução para desenvolvimento de sites, intranets, Gerenciamento Eletrônicos de Documentos e outros sistemas.
- Integração, personalização e expansão da solução para outros sistemas do Tribunal.

8.1.6. Inteligência Artificial Generativa (IA):

- Recursos de IA Generativa integrados à plataforma de comunicação e colaboração.
- Geração automática de conteúdo, respostas inteligentes, resumos automáticos e tradução instantânea.
- Foco em segurança e privacidade dos dados.

8.1.7. Importância Geral:

- Garantir comunicação segura, eficiente e com alto grau de privacidade.
 - Proteger informações estratégicas contra acesso indevido e vazamentos. ■ Otimizar a produtividade e colaboração entre os servidores.
 - Padronizar ferramentas e soluções, integrando e expandindo a solução para outros sistemas.
- 8.2. Esta solução visa modernizar e fortalecer a infraestrutura de comunicação do Tribunal, garantindo segurança, eficiência e adaptabilidade às necessidades do ambiente de trabalho contemporâneo.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- Os itens agrupados possuem características técnicas semelhantes, facilitando a contratação com um único fornecedor.
- A contratação em lote garante a qualidade da demanda, pois o gerenciamento e a execução técnica ficam sob responsabilidade de um único fornecedor, o que é considerado mais vantajoso para a administração.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Os objetivos principais da implementação de uma nova solução de comunicação e colaboração para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), focando em otimização de recursos, aumento de produtividade e melhoria da experiência do usuário. Os principais pontos são:

10.1.1. Otimização de Custos e Recursos:

- Redução de custos de infraestrutura de TI com a migração para a nuvem. ▪ Desoneração das rotinas de backup.

10.1.2. Aumento da Produtividade e Eficiência:

- Prevenção da perda de produtividade dos servidores em caso de indisponibilidade do serviço. ▪ Otimização do trabalho da equipe de TI, direcionando o foco para atividades críticas.
- Melhoria da comunicação e colaboração na criação de documentos.
- Expansão da capacidade de armazenamento de arquivos e e-mails na nuvem. ▪ Aprimoramento do backup de arquivos em nuvem.

10.1.3. Melhoria da Comunicação e Colaboração:

- Continuidade dos serviços de comunicação e colaboração já utilizados no tribunal.
- Expansão das funcionalidades de videoconferência, com gravação, streaming e melhor experiência do usuário.
- Facilitação da comunicação entre a sede do TRE e as zonas eleitorais, bem como outros locais de interesse da Justiça Eleitoral. ▪ Promoção da mobilidade no acesso às ferramentas de comunicação e colaboração.
- Contribuição para a realização de treinamentos, reuniões e avaliações remotas, sem necessidade de deslocamentos.

10.1.4. Resiliência e Continuidade dos Serviços:

- Manutenção da resiliência dos serviços através do ambiente de nuvem, reduzindo o risco de paralisações. ▪ Garantia da continuidade de todos os serviços de comunicação e colaboração.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A contratação em tela não requer providências prévias da Administração quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Não é necessária a contratação de serviços adicionais, pois todos os recursos essenciais estão contemplados na modalidade de licenciamento apresentada neste estudo, incluindo serviços de suporte e garantia. Dessa forma, a presente contratação será viável sem a necessidade de serviços ou bens correlatos ou interdependentes, assegurando eficiência e controle de custos.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. A contratação em tela não implica em impactos ambientais.

14. CLASSIFICAÇÃO QUANTO A GRAU E PRAZO DE SIGILO

14.1 Verifica-se que o conteúdo do presente estudo técnico preliminar não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no art. 23 da Lei nº 12.527/2011, não havendo, portanto, necessidade de classificá-lo quanto a grau e prazos de sigilo.

15. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

15.1. Da utilização do Sistema de Registro de Preços

15.1.1. Com base no art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, segundo o qual o SRP pode ser utilizado “V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

15.2. Da Justificativa para a não abertura da IRP

15.2.1. Com base na LEI 14.133/2021, Art. 86, § 1º c/c Art. 7º, I, do decreto 11.462, de 31 de março de 2023, esta Equipe de Planejamento da Contratação sugere a não abertura da IRP, indicando este Tribunal Regional Eleitoral como único contratante, em razão da reduzido quadro de servidores na Coordenadoria de Infraestrutura. Vale lembrar que se trata de unidade de apoio administrativo, que tem como objetivo principal a definição da arquitetura e gestão técnica do ambiente computacional do TRE-AM, englobando a aquisição, gerenciamento e o monitoramento dos processos tecnológicos, portanto, atualmente, não dispõe de capacidade operacional suficiente para gerenciar inúmeras tarefas do gerenciador de ARP.

15.3. Subcontratação

15.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pela natureza, baixa complexidade e baixa diversidade de segmento de atuação no mercado do objeto.

15.4. Parcelamento do objeto e forma de adjudicação.

15.4.1. Não haverá parcelamento do objeto. O pagamento será realizado mensalmente proporcionalmente ao número de licenças ativas.

15.4.2. O modelo de licenciamento por subscrição (Software as a Service – SaaS) permite o uso do software mediante pagamento recorrente, configurando como uma despesa de custeio. Ele oferece flexibilidade para ajustar a quantidade de licenças conforme a necessidade, com pagamento baseado no número de licenças ativas, garantindo atualização contínua e cobertura de garantia.

15.5. Modalidade e tipo de licitação

15.5.1. Considerando ainda o número expressivo de prestadores dos serviços em vendas para o governo, sugere-se o modo de disputa do PREGÃO do tipo ABERTO, conforme rito estabelecido na IN SEGES nº 73/22, de 30 de setembro de 2022, que normatiza a licitação para a nova lei de licitações e contratos nº 14.133/2021, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns no âmbito da Administração Pública Federal.

16. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A despesa se enquadra na seguinte classificação orçamentária: 33.90.40 – LOCAÇÃO E SUBSCRIÇÃO DE SOFTWARE.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

18.1. A solução suportada pelo modelo de computação em nuvem possui vantagens, principalmente em relação à infraestrutura de armazenamento, processamento e transmissão de dados, uma vez que esta é fornecida e mantida pela prestadora do serviço, ficando este Tribunal responsável apenas pelo provimento dos meios de acesso dos seus usuários à Internet.

18.2. Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de solução de suite de escritório em nuvem, no modelo SaaS, mostra-se tecnicamente viável, economicamente vantajosa e plenamente adequada ao atendimento das necessidades institucionais do TRE-AM, especialmente quanto à modernização da infraestrutura de comunicação e colaboração substituição de soluções obsoletas e garantia de segurança, disponibilidade e escalabilidade dos serviços.

18.3 A solução Google Workspace Enterprise demonstrou-se a alternativa mais adequada dentre as opções analisadas, considerando aspectos de custo, funcionalidade, integração, segurança e aderência ao ambiente de trabalho colaborativo.

18.4 Assim entende-se que a presente contratação é suficiente, necessária e alinhada aos objetivos estratégicos do órgão, atendendo de forma eficaz à demanda identificada.

Anexo II - Proposta Detalhada

Empresa:
CNPJ:
Endereço completo (com CEP):
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:
Nome do Representante Legal (que assinará o contrato):
CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):

A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 02 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro, esta proposta detalhada, devidamente adequada ao lance final, ficando ciente de que caso não seja encaminhada, ensejará a desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

A licitante, antes de apresentar sua proposta, DEVERÁ ler atentamente todas as condições do Edital (objeto, obrigações, responsabilidades, etc.), do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, não podendo alegar, depois do certame concluído ou durante a execução do serviço, desconhecimento ou mesmo alegar que cotou erroneamente.

Lote	ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. Registrada	Valor mensal unitário ofertado	Valor mensal total ofertado	Valor total ofertado para os 36 meses de contratação
1	01	Licenças GWS Enterprise Starter para 36 (trinta e seis) meses	510			

02	Licenças GWS Enterprise Standard para 36 (trinta e seis) meses	590			
03	Licenças GWS Enterprise Plus para 36 (trinta e seis) meses	40			
Valor total para os 36 meses de contratação					R\$

A empresa _____ declara que concorda com todas as especificações do edital e seus anexos.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

Obs.: Nos preços acima propostos estão incluídas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes e garantia dos equipamentos.

Manaus-AM, de ____ de _____ de 2026.

NOME DA EMPRESA E CNPJ

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preço

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, com sede na Avenida André Araújo, nº 200, Aleixo, na cidade de Manaus-AM, CEP 69060-000, inscrito no CNPJ sob o nº 05.959.999/0001-14, neste ato representado por seu Presidente, Desembargadora _____, matrícula funcional nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/2026, processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de licenças de uso de softwares do tipo suite de escritório colaborativa com ferramentas de produtividade, que permitam a criação, edição, armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de documentos e projetos, a criação de conteúdos e apresentações, os cálculos e transformação de dados, a organização da comunicação e correio eletrônico e a colaboração em tempo real para as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, com possibilidade de produção e colaboração em ambientes virtuais e em nuvem, com direito de atualização, garantia e suporte, a fim de atender as necessidades corporativas do TRE-AM, especificado no Termo de Referência anexo do edital de Licitação nº/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. ITENS E FORNECEDORES REGISTRADOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote	ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. Registrada	Valor mensal unitário ofertado	Valor mensal total ofertado	Valor total ofertado para os 36 meses de contratação
1	1	Workspace Enterprise Starter	Subscrição			
	2	Workspace Enterprise Standard	Subscrição			
	3	Google Workspace Enterprise Plus	Subscrição			
Empresa: CNPJ: Endereço completo (com CEP): Telefone (DDD): E-mail: Nome do Representante Legal CPF do Representante Legal						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

3.2. Não será admitida a participação de outro(s) órgão(s) ou entidade(s) no presente registro de preços, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, em conformidade com a proposta apresentada. Não serão aceitas propostas com quantitativos inferiores ao máximo previsto no edital.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado, com indicação dos licitantes e fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas

cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, injustificadamente, após terem assinado a ata.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (.....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Desembargadora
Presidente do TRE-AM

Anexo IV- Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

Pelo presente instrumento o , sediado em , CNPJ nº , doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ nº doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições: INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 DO LIMITE DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que: I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA; II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO; III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE. Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações. I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios. Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE. Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO. I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes. Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros; III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade. Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que: I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA; II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL. III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo; IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes; V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes; VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento; VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL; VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 FORO

A CONTRATANTE elege o foro onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA Nome/Qualificação	CONTRATANTE Nome/Matrícula
TESTEMUNHAS Nome/Qualificação	TESTEMUNHAS Nome/Qualificação

Manaus,, de de

Anexo V – Modelo de Declaração de Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

À [Nome do órgão ou entidade CONTRATANTE] Pregão Eletrônico nº: [Número do Pregão] Contrato nº: [Número do Contrato] A empresa [CONTRATADA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede em [Endereço completo, incluindo cidade, estado e CEP], telefone [Telefone], representada neste ato por [Nome do representante legal], portador(a) do RG [RG] e CPF [CPF], no exercício de suas funções como [Cargo do representante], declara, para todos os fins de direito, que está em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) no que se refere às atividades a serem desenvolvidas no cumprimento do Contrato mencionado.

Comprometemo-nos a garantir que todas as atividades de tratamento de dados pessoais, envolvendo a migração de dados, monitoramento ativo, suporte aos usuários e quaisquer outras operações que envolvam o tratamento de dados pessoais, sejam realizadas de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidas pela LGPD.

A empresa ainda se compromete a proporcionar ao CONTRATANTE todas as informações necessárias em relação ao encarregado pela proteção de dados, conforme exigências do Termo de Referência e legislação aplicável.

Declaramos ciência de que em caso de quebra de confidencialidade ou inobservância das disposições da LGPD, assim como as normas internas do CONTRATANTE, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no contrato e adotadas as medidas cabíveis de responsabilidade civil, penal e administrativa.

[Cidade],
[Data]

Nome do Representante Legal
[Cargo]

Anexo VI – Termo de Ciência e Concordância

Eu, **[NOME]**, funcionário desde o dia **[data]**, com o cargo de **[cargo]**, matrícula **[matrícula]**, declaro para os devidos fins, estar ciente das Normas e Política de Segurança da empresa **[contratante]**, conforme documentos **[documentos]**, dados por essa empresa conforme registro.

Declaro ainda que irei cumprir com todos os requisitos apresentados para a segurança da função conforme Lei ou Política da Empresa.

Declaro, sob as penas da Lei, que são verdadeiras e completas as informações prestadas neste documento.

Local: **[LOCAL DE ASSINATURA]** Data: **[DATA POR EXTENSO]**

Assinatura: _____

RUBENS ANTONIO PINTO SOARES
COORDENADOR



Documento assinado eletronicamente em **15/04/2026**, às **16:12**, conforme artigo 1º, §2, III, b, da [Lei nº 11.419/2006](#).

KLEBER CEZAR MERKLEIN
SECRETÁRIO



Documento assinado eletronicamente em **15/04/2026**, às **16:30**, conforme artigo 1º, §2, III, b, da [Lei nº 11.419/2006](#).

LUCAS CARLON DE CARVALHO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em **16/04/2026**, às **09:41**, conforme artigo 1º, §2, III, b, da [Lei nº 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000717032** e o código CRC **E0754C5E**.

ANEXO II DO EDITAL

CONTRATO Nº/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS E

A **UNIÃO** por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.959.999/0001-14, situado na Av. André Araújo, nº 200, Bairro Aleixo, na cidade de Manaus/AM, representado pela sua Presidente, Desembargadora **CARLA MARIA SANTOS DOS REIS**, matrícula TRE/AM 5301141, no uso das atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0002905-50.2026.6.04.0000 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. **XX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de licenças de uso de softwares do tipo suíte de escritório colaborativa com ferramentas de produtividade – **Solução Google Workspace Enterprise**, que permitam a criação, edição, armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de documentos e projetos, a criação de conteúdos e apresentações, os cálculos e transformação de dados, a organização da comunicação e correio eletrônico e a colaboração em tempo real para as Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, com possibilidade de produção e colaboração em ambientes virtuais e em nuvem, com direito de atualização, garantia e suporte, a fim de atender as necessidades corporativas do TRE/AM, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Licenças para clientes GOOGLE (36 meses) - CATSER 26077						
Item	Especificação	Descrição	Un. Med.	ID SGD	ID Google	Quantidade
01	Workspace Enterprise Starter	Workspace Enterprise Starter-Storage/Email 1 TB user pooled	Subscrição	GG-004	GAPPS-ENTSTARTER1USER12MO	510
02	Workspace Enterprise Standard	Workspace Enterprise Standard - Storage /Email 5 TB user pooled	Subscrição	GG-005	GAPPS-STD1USER12MO	590
03	Google Workspace Enterprise Plus	Google Workspace Enterprise Plus - Storage/Email 5 TB user pooled	Subscrição	GG-006	GAPPS-PLUS1USER12MO	40

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta da contratada;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos [do art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma [dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da

prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7. A prorrogação deve ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total estimado da contratação dos serviços é de R\$..... ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.
- 8.11. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA ONZE - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.4 deste contrato.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

11.10. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da

Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções do contratado.

11.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**, sua incidência se dará nos termos do item 7.4 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Unidade Gestora: 700177 – COINF

II. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0013 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

III. Elemento de Despesa: 33.90.40

IV. Nota de Empenho: 2026NEXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DEZOITO – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Manaus (AM), (datado e assinado eletronicamente).

Desembargadora **CARLA MARIA SANTOS DOS REIS**
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

JOAO CARLOS DRESSLER PONTILHAO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em **27/03/2026**, às **12:57**, conforme artigo 1º, §2, III, b, da [Lei nº 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000703554** e o código CRC **CC3A2D48**.